



# Política de Justiça de Gênero



FEDERACIÓN  
LUTERANA  
MUNDIAL

Una comunión  
de Iglesias

© Federação Luterana Mundial, 2014

Editora: Elaine Neuenfeldt

Arte e diagramação: Serviço de Comunicação da FLM  
Departamento de Teologia e Teste-  
munho Público

Tradução: Luís Marcos Sander

Revisão: Rosangela Stange e Mauro Batista  
de Souza.

Fotos: © Barbara Robra  
© FLM

Publicado por: **Federação Luterana Mundial –  
Uma Comunhão de Igrejas**  
Departamento de Teologia y Teste-  
munho Público  
Mulheres na Igreja Sociedade  
Route de Ferney, 150  
P. O. Box 2100  
1211 Genebra 2, Suíça

ISBN 978-2-940459-36-0

[info@lutheranworld.org](mailto:info@lutheranworld.org)

# Sumário

Prefácio .....	1
Percorrendo em conjunto o caminho para a justiça de gênero: uma jornada pedagógica.....	2
Fundamento bíblico e justificativa .....	4
Princípios da Política de Justiça de Gênero da FLM .....	13
Metodologia da Política de Justiça de Gênero da FLM.....	14
Glossário.....	37
Outros subsídios online sobre Política de Gênero .....	40

# Prefácio

A conclamação bíblica para defender a justiça está no próprio cerne da auto compreensão da Comunhão FLM. A graça de Deus nos liberta, congrega em Cristo e capacita a viver e trabalhar em conjunto em prol da justiça, paz e reconciliação.

A FLM está comprometida a ser inclusiva e possibilitar a participação plena e equitativa de mulheres e homens na vida da igreja e na sociedade, bem como em seus processos de tomada de decisões, atividades e programas. Ela tem um histórico de decisões e ações que expressam esse compromisso.

Esta Política de Justiça de Gênero, aprovada pelo Conselho da FLM em 2013, é uma ferramenta que visa a incrementar a caminhada da Comunhão rumo à inclusividade. Desenvolvida em um processo participativo, ela surgiu a partir de experiências de igrejas-membro. É enriquecida pelas bases bíblicas e teológicas de nossa identidade luterana e oferece orientação e metodologias para contextualizar planos e estratégias de ação nas regiões e para integrar a questão de gênero como prioridade transversal em todo o trabalho da Comunhão.



Rev. Martin Junge, Secretário-geral, Federação Luterana Mundial © FLM/H. Putsman-Penet

Assim como o compromisso histórico da FLM de superar a violência contra as mulheres e sua reafirmação das mulheres em posições de liderança, a Política de Justiça de Gênero representa mais um marco à medida que a FLM caminha rumo à realização de sua visão de inclusividade.

O itinerário desenvolvido nesse documento abre janelas de oportunidades para se engajar em movimentos de mudanças nas relações e estruturas. É um convite para que todo o mundo – particularmente líderes de igrejas, teólogos e teólogas, mulheres e homens em posições de liderança e de tomada de decisões, as gestoras e os gestores de programas e projetos – reafirme a justiça de gênero como uma questão

de fé. Assim, a justiça de gênero aponta para dimensões fundamentais do ser da igreja e sua voz profética no espaço público.

A Política de Justiça de Gênero chega às suas mãos em uma época em que as mulheres continuam se defrontando com desafios na igreja e na sociedade e os homens continuam a ouvir a conclamação de Deus em prol de relações baseadas na justiça. Ela é publicada em um momento no qual a Comunhão da FLM ouve o chamado para a renovação contínua (*semper reformanda*) em seu processo de preparação para o 500º aniversário da Reforma Luterana em 2017. Eu a recomendo ao estudo orante e ao discernimento de vocês, para que ela encontre formas de se expressar nas estruturas e na vida da igreja. Porque as relações de gênero também estão sujeitas ao poder transformador de Deus, elas podem ser renovadas para se tornar justas e equitativas.

Rev. Martin Junge  
Secretário-geral  
Federação Luterana Mundial



## Percorrendo em conjunto o caminho para a justiça de gênero: uma jornada pedagógica

Põe-te marcos, finca postes que te guiem, presta atenção na vereda, no caminho por onde passaste (Jr 31.21).

Na Comunhão da FLM, a discussão pedagógica sobre a justiça de gênero irá contribuir para a reflexão mais ampla sobre como pretendemos ensinar,

aprender, acompanhar, admoestar e apoiar-nos mutuamente à medida que continuamos a andar em conjunto, visando uma Comunhão em que a inclusividade seja vivida concretamente.

A Política de Justiça de Gênero da FLM se baseia em um conjunto de regras e preceitos que orientam passos

concretos rumo à implementação da justiça de gênero. Eles servem para facilitar o processo de adaptação de planos de ação a diferentes realidades contextuais.

Assim, lemos em Salmos:

A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma; o testemunho do Senhor é fiel

e dá sabedoria aos simplices. Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos. O temor do Senhor é límpido e permanece para sempre; os juízos do Senhor são verdadeiros e todos igualmente, justos. São mais desejáveis do que ouro, mais do que muito ouro depurado; e são mais doces do que o mel e o destilar dos favos (Sl 19.7-10).

A imagem bíblica da lei e dos preceitos que fazem reviver a alma e alegrar-se o coração ajuda mulheres e homens a recriar justiça e dignidade nas relações.

Este documento está dividido em duas partes: os Princípios da Política de Justiça de Gênero e a Metodologia da Política de Justiça de Gênero.

Os Princípios da Política de Justiça de Gênero da FLM oferecem um marco para orientar a implementação de com-

promissos com a justiça de gênero em todos os níveis da comunhão.

### **Princípios da Política de Justiça de Gênero**

Os dez princípios são centrais para expressar as afirmações da Comunhão da FLM no tocante à justiça de gênero. Eles estão no cerne do que a justiça de gênero significa para a comunhão, são as lentes pelas quais as ações da comunhão devem ser examinadas e são os marcos ou sinais de sinalização ao longo da caminhada da Comunhão rumo à justiça de gênero.

### **Metodologia da Política de Justiça de Gênero**

A Metodologia da Política de Justiça de Gênero da FLM oferece as ferramentas para a implementação dos princípios da

justiça de gênero através das expressões regionais e igrejas-membro com a expectativa de que ela seja adaptada aos contextos locais.

O processo será monitorado através de plataformas regionais ligadas às expressões regionais. Em nível global, o secretário-geral incluirá o progresso da implementação da Política de Justiça de Gênero da FLM no relatório que apresentará ao Conselho.

Metodologias e instrumentos serão desenvolvidos para que os programas e processos possam ser mais facilmente assumidos e acessados por grupos engajados no assunto nas igrejas-membro.

O objetivo é estabelecer círculos de aprendizado e comunidades de prática onde o conhecimento seja compartilhado e o apoio e acompanhamento mútuos sejam realizados com eficácia.

---

# Fundamento bíblico e justificativa

No princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas. [...] Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era bom (Gn 1.1-2, 31a).

Em Gênesis, os relatos da criação são uma narração evocativa da criação em que tudo que existe é completamente dependente de Deus. O relato da criação de Gênesis 2 é, muitas vezes, usado para sustentar não só que a humanidade existe em forma de opostos, mas também que uma forma da humanidade (a do sexo masculino) é superior à outra (a do sexo feminino). Entretanto, os relatos da criação de Gênesis também podem ser entendidos no sentido de que expressam a ideia de que a mais importante diferença que existe é aquela entre Deus e a criação, e não a diferença entre homem e mulher. A criação depende de Deus – esta é a relação teológica primordial referente à criação.

Essa distinção fundamental entre Deus e a criação é definida pelo amor, e não por um binário de gênero exclu-

dente entre a humanidade. Embora os relatos da criação tenham sido, às vezes, interpretados para reforçar não apenas a diferenciação de gênero, mas também a desvalorização das mulheres em relação aos homens, interpretações mais abrangentes mostram que esse não é o caso.

Outro ponto de partida pode ser a igualdade (cf. Gn 1.27). Deus criou todas as pessoas de modo igual. Deus também chama a humanidade de modo igual, em uma vocação compartilhada de mordomia, para cuidar de Sua criação contínua.

A ética do cuidado e amor corporificada nessa interpretação de Gênesis enfatiza uma ética de justiça de gênero porque a hospitalidade, o amor e a aceitação da diferença prevalecem a partir da perspectiva de que os seres humanos estão sempre diante dos olhos ou na presença de Deus. Juntos, os seres humanos são conclamados a serem mordomos uns dos outros e de toda a criação.

Também disse Deus: Façamos o ser humano à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésti-

cos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam sobre a terra.

Criou Deus, pois, o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou (Gn 1.26-27).

As Sagradas Escrituras oferecem uma base para a inclusividade. Conforme vemos nos evangelhos, as formas como Jesus se relacionava com as mulheres se caracterizavam por abertura, inclusão, aceitação e restauração. Os testemunhos bíblicos reafirmam que a Palavra de Deus é a palavra de vida abundante para todas as pessoas – mulheres e homens.

Como comunidade de iguais, através do batismo, a igreja é conclamada a profeticamente anunciar e praticar a inclusão. Como afirma Gálatas 3.27-28:

[...] porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem e mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.

Em termos de relações de gênero, essas leituras bíblicas e teológicas inspiram

a Comunhão a ser uma comunidade em diálogo transformador. A parceria plena e igual entre mulheres e homens é possível, assim como o é a superação de estereótipos de gênero que subordinam especialmente as mulheres, mas também homens, e violam a integridade e dignidade que Deus lhes dá. À medida que a Comunhão prossegue sua caminhada de fé e esperança, o Espírito Santo nos liberta para interpretar textos bíblicos de formas vivificantes e reafirmadoras da vida. Esse é o mandato fundamental para as ações empreendidas no nível de tomada de decisões da FML.

## Mandato

Em outubro de 2009, o Conselho da FLM recebeu o documento intitulado *“It will not be so among you!” A Faith Reflection on Gender and Power*<sup>1</sup> [“Entre vocês não será assim!” Uma reflexão de fé sobre gênero e poder] e decidiu “incentivar as igrejas-membro a participar ativamente do processo subsequente rumo ao desenvolvimento de uma política de gênero da FLM”.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[www.lutheranworld.org/content/resource-%E2%80%99Cit-will-not-be-so-among-you%E2%80%9D-faith-reflection-gender-and-power](http://www.lutheranworld.org/content/resource-%E2%80%99Cit-will-not-be-so-among-you%E2%80%9D-faith-reflection-gender-and-power)>.



---

Em 2010, a 11ª Assembleia da Federação Luterana Mundial adotou as duas seguintes importantes resoluções:

**Princípios de inclusividade da FLM:**

***Equilíbrio de gênero:***

A Assembleia, o Conselho, os dirigentes e as dirigentes da FLM, bem como todos os outros comitês e forças-tarefa, inclusive em todos os níveis regionais, devem ser compostos de ao menos 40% de mulheres e de ao menos 40% de homens. E a cota de gênero também deve ser respeitada entre representantes das pessoas jovens.

Em todas as atividades que organiza em todos os níveis regionais, a FLM deve respeitar esse princípio básico, e as pessoas que integram a equipe funcional da FLM devem incentivar aqueles e aquelas com quem ela coopera a fazer o mesmo<sup>2</sup>. O princípio

---

<sup>2</sup> Reconhecendo os desafios existentes, as reuniões e atividades em que o princípio básico não tenha sido aplicado não devem ser declaradas inválidas, mas seu não cumprimento do princípio básico deve ser reconhecido formalmente e ações para melhorar nesse tocante precisam ser planejadas.

básico também se aplica ao corpo executivo do escritório da FLM<sup>3</sup>.

***Resolução sobre a justiça de gênero:***

Conclamamos a Assembleia a exortar as igrejas-membro a se comprometerem novamente com a implementação genuína, prática e eficaz das políticas e decisões da FLM referentes à participação plena das mulheres na vida da igreja – e na Comunhão da FLM – assim como na sociedade.

Conclamamos as igrejas-membro a estabelecer uma legislação apropriada e políticas regulatórias que possibilitem e assegurem que mulheres – tanto ordenadas como leigas – ocupem cargos de liderança e que lhes sejam oferecidas oportunidades de prosseguir com sua formação teológica. Pedimos que as igrejas que não ordenam mulheres considerem de modo orante o efeito que a inação e a recusa no tocante a esse assunto têm sobre aquelas que, por serem mulheres, são impedidas de exercer sua vocação dada por Deus. A dor da exclusão e a perda dos dons

---

<sup>3</sup> *Give Us Today Our Daily Bread: Official Report, LWF Eleventh Assembly, Stuttgart, Germany, 20-27 July 2010. Geneva: The Lutheran World Federation, 2010, p. 61.*

dados por Deus são vivenciadas por toda a igreja.

Conclamamos as igrejas-membro e a Secretaria da FLM a incluir análises de gênero, como ferramentas bíblicas e teológicas, em todos os aspectos da vida das igrejas-membro na Comunhão, inclusive no trabalho diaconal e de defesa de direitos.

Solicitamos um plano claro de ações para o desenvolvimento de políticas de gênero contextualizadas que possam ser implementadas em todos os níveis nas igrejas-membro e sejam obrigatórias para a Secretaria da FLM. Conclamamos o Conselho a desenvolver e aprovar tal processo orientador.

Pedimos o apoio a mulheres líderes, leigas e ordenadas, particularmente bispas e presidentas, como membros vitais da Comunhão.

Pedimos que a FLM e suas igrejas-membro tomem uma posição clara contra a violência doméstica, reconhecendo o direito de cada pessoa de se sentir segura e tratada com respeito, também dentro de sua própria casa.

Solicitamos ao Conselho que esteleça a questão da justiça de gênero como ponto permanente de sua pauta. Por haver um desequilíbrio entre jovens do sexo masculino e feminino

nesta Assembleia, o Conselho deveria dar atenção especial a isso.<sup>4</sup>

Ao se reunir em 2012 em Bogotá, Colômbia, o Conselho da FLM solicitou ao Escritório da Comunhão que apresentasse uma proposta de Política de Justiça de Gênero ao Conselho em 2013. A Política de Justiça de Gênero da FLM foi adotada pelo Conselho em sua reunião de junho de 2013 em Genebra.

## Definição

A Política de Justiça de Gênero da FLM esboça um conjunto de princípios e

fornece a base para que a Comunhão atinja a justiça de gênero.

**Justiça de gênero** implica a proteção e promoção da dignidade das mulheres e dos homens, que, sendo pessoas criadas à imagem de Deus, são mordomos corresponsáveis da criação. A justiça de gênero se expressa por meio da igualdade e de relações equilibradas de poder entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação.

## *Justiça de gênero: a visão da Comunhão*

Libertada pela graça de Deus, uma comunhão em Cristo que vive e trabalha em conjunto por um mundo justo, pacífico e reconciliado.<sup>5</sup>

A comunhão é conclamada a viver e trabalhar em Cristo para enfrentar injustiças e opressão e a criar realidades transformadas e comunidades do bom viver em que se estabeleçam relações justas entre mulheres e homens que

---

<sup>4</sup> Ibid., p. 56.

---

<sup>5</sup> *LWF Strategy 2012-2017*, p. 9. Disponível em: <[www.lutheran.world.org/content/core-lwf-documents](http://www.lutheran.world.org/content/core-lwf-documents)>.



---

promovam e conduzam ao crescimento de todos os seres humanos.

Estar em comunhão implica compartilhar uma caminhada espiritual, alimentada pelo evangelho da graça de Deus, recebendo o Batismo e desfrutando da sagrada comunhão com Deus e entre as pessoas. Estar em Cristo implica que, embora nossas diferenças permaneçam, elas têm sentidos distintos: nossas diferenças são dádivas – uma não é melhor do que a outra. A diferença não leva à desigualdade.

A perspectiva de gênero é relacional e interage com outras categorias sociais. Uma abordagem interseccional pressupõe que certos aspectos da identidade são fontes de discriminação que estão relacionadas umas com as outras; categorias como, por exemplo, gênero, raça, etnia, idade, deficiência e classe estão inter-relacionadas nos níveis individual e estrutural. Existem sistemas de desigualdade, que precisam ser analisados separadamente, embora estejam conectados nos eixos da dominação. Outras ferramentas também são úteis para enfrentar as realidades da opressão segundo a raça, classe, casta e idade, e é na interação e interseção com questões de gênero que uma or-

ganização pode empreender iniciativas que levem à transformação.

As relações e estruturas humanas são orientadas por sistemas e organismos que asseguram que a justiça seja feita. Organismos globais e internacionais, como, por exemplo, as Nações Unidas, proporcionam marcos jurídicos universais para regulamentar países e grupos de indivíduos. Esta forma de conceitualizar a justiça na prática é reconhecida nesta Política de Justiça de Gênero da FLM. Entre organizações religiosas e igrejas, o conceito de justiça tem uma interface com compreensões bíblicas e teológicas. A justiça é expressa em linguagem bíblica, profética e teológica. Essa compreensão oferece uma abordagem crítica ao contexto e pretende analisar a realidade com ferramentas que estão em diálogo com perspectivas dos direitos humanos e conceitos teológicos.

O desenvolvimento de uma Política, de Princípios e de uma Metodologia de Justiça de Gênero da FLM é um esforço para cumprir os compromissos acima na área da justiça de gênero e para empoderar mulheres e homens com vistas a assegurar a integração da perspectiva de gênero em todas as atividades e estruturas.

**Crítérios:** Ao determinar os critérios para a justiça de gênero, uma das questões centrais que precisa ser colocada é: o que as pessoas que são marginalizadas e discriminadas por causa da opressão de gênero necessitam?

Alguns dos critérios listados abaixo podem ser usados como indicadores comuns para medir mudanças gerais em atitudes ou estruturas organizacionais no tocante à justiça de gênero.

- **Abordagem isenta de dano:** qualquer violência, perda de vida ou de capacidade – conforme a definição do grupo sem privilégio social e religioso
- **Definir indicadores:** participação igual de mulheres e homens (números); relevância da participação igual (qualidade)
- **Participação igual** na liderança e tomada de decisões – quantidade e qualidade
- **Acesso igual** a recursos e uso igual deles
- **Uso** de padrões e tratados de direitos humanos da ONU.

Em cada contexto, indicadores, fatos, números, opiniões ou percepções específicas deveriam ser definidos para indicar mudanças ou avanços em planos contextualizados de ações para a implementação dos princípios da justiça de gênero listados nesta política.

## Objetivo

A Política de Justiça de Gênero da FLM procura oferecer intenções políticas e ferramentas que contribuam para fomentar a justiça de gênero a fim de alcançar comunidades e igrejas inclusivas e sustentáveis.

A Política de Justiça de Gênero da FLM visa a servir de instrumento para a comunhão e suas igrejas-membro, congregações, grupos e organizações alcançarem a igualdade de gênero implementando medidas contextualizadas que promovam a justiça e dignidade.

## Finalidade: por que uma Política de Justiça de Gênero?

A intenção é gerar impulsos criativos que contribuam, por exemplo, para a transformação de condições sociais, normas, valores ou relações de poder bem como

para novas ações que ajudem a assegurar a justiça de gênero. Espera-se que a adoção da Política de Justiça de Gênero da FLM leve as igrejas-membro e o Escritório da Comunhão a:

- **Reconhecer** a política e as diretrizes para implementação como um compromisso da comunhão com a justiça de gênero
- **Engajar-se** numa auto avaliação participativa dos ativos de que as igrejas dispõem e dos desafios que se colocam para elas em seu esforço de atingir a justiça de gênero
- **Analisar** a participação de mulheres e homens na vida da igreja em função de sua presença nos níveis de tomada de decisões e de seu acesso à formação teológica e abordar as possíveis desigualdades que existam nessa área.
- **Incentivar** mulheres e homens a discutir e refletir sobre os papéis sociais que tradicionalmente desempenham, indo além das tarefas tradicionais culturalmente atribuídas na vida da igreja e da sociedade, de modo que as pessoas com as

aptidões e a disposição para servir em outras funções enriqueçam a dinâmica em congregações e comunidades

- **Incentivar** a liderança das igrejas a discutir e refletir sobre as interpretações dos textos sagrados que lancem uma luz diferente sobre o sentido do texto e, se necessário, novas interpretações quando se faz referência aos papéis e responsabilidades de mulheres e homens. Líderes das igrejas têm a oportunidade de trabalhar com lideranças religiosas e seculares para apoiar a igualdade de gênero.

## *O que é uma política para a Comunhão FLM?*

Uma política é uma expressão de valores, uma visão que dá orientação e direção para realizar a justiça de gênero. Ela oferece um marco de intenções.

Há níveis diferentes de engajamento político dentro da Comunhão. No tocante às igrejas-membro, a Comunhão está estruturada de tal maneira que as decisões do Conselho e da Assembleia se baseiam em mútuo acompanhamento e prestação de contas.

A Constituição afirma claramente que a FLM é um instrumento de suas igrejas-membro autônomas e não tem qualquer autoridade hierárquica.

Junto com a liberdade vem a responsabilidade. Por conseguinte, o artigo III da Constituição, “Natureza e Funções”, afirma que as igrejas-membro “concordam na proclamação da palavra de Deus e estão unidas em comunhão de púlpito e altar”. Além disso, a Federação Luterana Mundial

fomenta o testemunho unido do evangelho de Jesus Cristo [...]

fomenta no mundo inteiro entre as igrejas-membro a ação diaconal, o alívio da necessidade humana, a promoção da paz e dos direitos humanos, a justiça social e econômica, o cuidado da criação de Deus e o compartilhamento de recursos;

fomenta por meio do estudo cooperativo a auto compreensão e a comunhão das igrejas-membro.<sup>6</sup>

Para a FLM, uma política seria, portanto, uma forma de expressar o testemunho unido das igrejas membro, sua promo-

ção dos direitos humanos e da justiça e o conhecimento que tem de si mesmas. É uma forma de expressar de modo mais detalhado o que significa estar em comunhão, em diferentes níveis ou áreas distintas de responsabilidades.

## Resoluções do Conselho

Em sua reunião de 2013, o Conselho resolveu

adotar [os Princípios d]a Política de Justiça de Gênero da FLM e suas recomendações como um marco para orientar a implementação dos compromissos com a justiça de gênero em todos os níveis da Comunhão;

receber a Metodologia da Política de Justiça de Gênero da FLM e recomendar sua implementação através das expressões regionais e igrejas-membro com a expectativa de que a metodologia seja adaptada aos contextos locais;

solicitar que o secretário-geral relate ao Conselho sobre o progresso da implementação da Política de Justiça de Gênero da FLM na Comunhão.

## Níveis de responsabilidade

Em consonância com a Constituição da FLM, os seguintes níveis estão implicados na implementação da política:

### A Assembleia, o Conselho e Comitê Executiva

- **Usarão** a política para dar uma direção geral e organizar o trabalho do Escritório da Comunhão; os organismos de governança têm a responsabilidade de avaliar as implicações das políticas e decisões para mulheres e homens e assegurar que a estrutura organizacional e o trabalho programático estejam em consonância com os princípios da justiça de gênero.

### O Escritório da Comunhão, seus programas e projetos, bem como os programas nacionais da FLM

- **Deveriam, onde for possível, aplicar a política** para desenvolver e avaliar o trabalho. A aplicação da política ao trabalho inclui o compromisso para aumentar a consciência e as aptidões, oferecer acompanhamento e facilitar processos que levem à justiça de gênero. As pessoas em

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.lutheran.world.org/content/core-lwf-documents](http://www.lutheran.world.org/content/core-lwf-documents)>.

funções de gestão devem realizar revisões sistemáticas dos procedimentos e do compromisso da instituição com a análise de gênero e assegurar que sistemas e medidas adequadas estejam disponíveis para promover a igualdade e a justiça de gênero em seu trabalho programático e contratação de pessoal.

#### **As igrejas-membro**

- **Asseguram a implementação** de decisões e resoluções em nível de Assembleia e Conselho e apoiam e

acompanham umas às outras na exploração da contextualização da política de gênero em prestação de contas mútua.

A autonomia de cada igreja-membro em seu contexto e realidade é respeitada; as igrejas-membro adotaram a opção de caminhar juntas em interdependência e responsabilidade mútua. Isso exige o acompanhamento da implementação, bem como a adaptação e contextualização dessas decisões e resoluções.

#### **As expressões regionais**

- **Oferecem oportunidades** para contextualizar a Política de Justiça de Gênero da FLM por meio do diálogo e de experiências transcontextuais.

As regiões oferecem as plataformas em que o mútuo acompanhamento e a prestação de contas possam ser articulados por meio de marcos, ferramentas e metodologias que tenham sido acordados. Elas criam o espaço para assegurar que as abordagens locais sejam enriquecidas por experiências transcontextuais.



# Princípios da Política de Justiça de Gênero da FLM

A FLM é uma comunhão de igrejas comprometida em:

- 1. Promover** a justiça de gênero como um fundamento teológico para proclamar dignidade e justiça para todos os seres humanos e promover a igualdade de gênero como um direito humano universalmente reconhecido
- 2. Defender** valores de dignidade e justiça, inclusividade e participação, prestação de contas mútua e transparência, refletindo respeito pelos dons de todas as pessoas
- 3. Aplicar**, em nível regional e local, as decisões da Assembleia e do Conselho da FLM referentes à inclusividade e equilíbrio de gêneros e gerações, assegurando a representação e participação igual de mulheres e homens, em todos os níveis, em posições de tomada de decisões
- 4. Assegurar** a análise de gênero em todo trabalho humanitário e em prol do desenvolvimento e abordar intencionalmente a igualdade de gênero a fim de reforçar padrões de justiça e inclusividade. Por essa razão, é essencial reconhecer e analisar os efeitos de todos os processos de desenvolvimento sobre a igualdade de gênero
- 5. Apoiar** o empoderamento das mulheres como uma estratégia-chave visando pôr fim à distribuição desigual de riqueza e aos conflitos e evitar a violência baseada em gênero e reagir a ela
- 6. Promover ativamente** o envolvimento dos homens na reflexão sobre modelos de masculinidades transformadas engajadas na justiça de gênero
- 7. Enfrentar** práticas sistêmicas e estruturais que criem barreiras para a participação plena das mulheres na liderança e em todos os níveis de tomada de decisões
- 8. Assegurar** que as políticas organizacionais centrais, sistemas, práticas, orçamentos, gestão de recursos humanos, contratação de pessoal, representação, treinamento, gerências e organismos de tomada de decisões tenham um equilíbrio de gênero e apoiem a participação igual de mulheres e homens
- 9. Assegurar** que a análise de gênero esteja embutida em todos os programas e estágios de ciclos de projetos: estimativa, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação
- 10. Envolver** todos os aspectos da teologia, liturgia e vida devocional a partir da perspectiva da justiça de gênero.



# Metodologia da Política de Justiça de Gênero da FLM

A metodologia da Política de Justiça de Gênero da FLM orienta o processo de realização da justiça de gênero.

As diretrizes que ela oferece para uma abordagem pedagógica da reflexão sobre justiça de gênero se baseiam na tríplice metodologia de **ver**, **julgar** e **agir**, que visa ser um itinerário para contextualizar os compromissos da política.

Todas as expressões da Comunhão são incentivadas a interagir com essa abordagem metodológica, adaptando esses conceitos fundamentais e situando-os em seus próprios contextos e línguas.

- **Ver** significa observar e ler cada realidade e contexto
- **Julgar/discernir** significa usar conceitos bíblicos, teológicos e de direitos humanos universalmente acordados para discernir essa realidade e as principais questões que surgem a partir do contexto
- **Agir** significa praticar. Depois de ler e discernir a realidade, acordam-se ações para esse contexto específico.

**Ver:** Onde a comunhão se encontra na caminhada para a inclusividade? Essa primeira parte oferece pontos de partida para definir onde nos encontramos em termos da participação das mulheres e da análise de gênero. Ela relata a história da participação das mulheres na Comunhão e como gênero está se tornando uma ferramenta teológica dentro dela. O exercício de olhar a realidade e escutar cuidadosamente as diferentes vozes na Comunhão no tocante a gênero e a obstáculos que particularmente as mulheres têm de enfrentar também é sugerido como um primeiro passo na

implementação desta Política de Justiça de Gênero da FLM. Um processo de construção de consciência e de políticas de gênero nunca parte de um vácuo; ao contrário, ele se baseia nos “conhecimentos” de diferentes grupos, comunidades e indivíduos engajados.

**Julgar/discernir:** Fundamento bíblico e teológico. Por que a justiça de gênero é importante para a comunhão luterana? Na Comunhão, a Bíblia e a tradição luterana são as lentes pelas quais gênero é discutido a partir da perspectiva da fé. Na linguagem da fé, a igualdade de gênero é expressa como justiça de gênero. A justiça é o ponto de partida a partir do qual se devem discutir relações iguais. A justiça é um anúncio profético e a base sobre a qual se deve produzir transformação e assegurar a dignidade de todas as pessoas. Essa noção bíblica de justiça permeia a exposição teológica e destaca toda essa seção. Conceitos teológicos fundamentais na identidade luterana são analisados pelas lentes da justiça de gênero. A partir desse diálogo surge uma abordagem teológica de uma política de justiça de gênero.

**Agir:** Implementação e contextualização. A terceira parte esboça princípios estra-

tégicos e orientações para a implementação. Desenvolve-se um itinerário para alcançar a justiça de gênero com sete pontos – uma introdução aos valores e compromissos seguida por uma lista de estratégias para a implementação. A Política de Justiça de Gênero da FLM foi conceitualizada como um processo participativo para refletir e agir sobre a justiça de gênero com o objetivo de se ter uma política viva que possa ser contextualizada e usada em diferentes regiões. Com 142 igrejas-membro em sete regiões geográficas (Ásia, África, Países Nórdicos, Europa Oriental, Europa Ocidental, América do Norte e América Latina e Caribe), o contexto da Comunhão é altamente complexo. Um exemplo disso é a rica variedade de línguas vivenciada em toda a Comunhão, enquanto o trabalho do Escritório da Comunhão é executado em inglês, francês, alemão e espanhol. É um desafio expressar de forma escrita essa rica diversidade e articular argumentos de tal modo que eles se tornem um convite para dar continuidade ao diálogo e se envolver com a contextualização nas diferentes realidades e ter abertura para ela. Como estruturamos um texto de tal maneira que ele provoque discussão ulterior e leve à transformação?

A Política de Justiça de Gênero da FLM é um convite para se engajar em movimentos de mudança nas relações e estruturas na igreja, na sociedade e na vida. Na compreensão de que a vida vem em primeiro lugar, esse marco metodológico oferece propostas de como se podem contextualizar alguns dos princípios definidos na política. Por conseguinte, começar analisando a realidade em que a pessoa está inserida e fazer perguntas e ler com discernimento o contexto são passos iniciais seguidos pela reflexão teológica em diálogo com perspectivas de direitos humanos e modelos criticamente avaliativos de desenvolvimento, estruturas e tradições culturais. Entretanto, somente a análise não é suficiente; o que importa é a prática, é dar vida a conceitos e valores. Por conseguinte, a implementação e realização são o resultado final esperado e necessário.

Contextualizar as diferentes culturas em que a Comunhão atua permanece um desafio. Mesmo quando a cultura é definida como os sistemas de conhecimento, que integram comportamentos, crenças, valores e símbolos aceitos e compartilhados por um grupo de pessoas, pressupõe-se que essa noção não seja estática, mas dinâmica. Por conse-

guinte, o processo de contextualização precisa levar em conta componentes e dinâmicas culturais. Cada contexto irá, então, definir prioridades a serem implementadas nesse ambiente específico; uma realidade não pode ditar a uma outra e definir o que será importante; o aprendizado e o compartilhamento mútuos enriquecerão a ação concreta em todas as esferas da igreja e da sociedade na conquista da justiça de gênero.

Que transformação essa política está produzindo na vida das pessoas envolvidas na reflexão e ação? é a pergunta principal que acompanha esse processo.

Por último, mas não menos importante, celebrem! Celebrem a possibilidade de se reunir e ter condições de discutir mudanças decisivas na vida e na teologia da igreja. Celebrem a comunhão, celebrem o estar juntos e juntas. Orando e cantando em conjunto,

Deus chama a gente prum momento novo de caminhar junto com o Seu povo. É hora de transformar o que não dá mais Sozinho, isolado, ninguém é capaz [...] É necessário unir o cordão.

Por isso vem, entra na roda com a gente também, você é muito importante.

## Onde a comunhão se encontra em sua caminhada para a inclusividade?

### A liderança e participação das mulheres

Ao longo de décadas, a Federação Luterana Mundial continuou a agir de acordo com seus compromissos teológicos e práticos para adotar a inclusividade como um de seus valores centrais.

Isso pode ser visto em decisões tomadas no passado para assegurar a participação das mulheres:

- Em 1952, na 2ª Assembleia da FLM em Hannover, Alemanha, foi incluída e mantida uma seção de mulheres conhecida como a Comissão de Mulheres, precursora do primeiro Comitê Consultivo da Secretaria para a Mulher, nomeado em 1975. A decisão de criar uma Secretaria para a Mulher foi tomada em 1970 na 5ª Assembleia da FLM em Evian, França.
- Em 1984, decisões históricas sobre a participação das mulheres e pessoas leigas foram tomadas pela 7ª Assembleia em Budapeste, Hungria,

que resolveu instituir um “sistema de cotas” para garantir a participação de ao menos 40% de mulheres. A 8ª (Curitiba, 1990) e a 10ª (Winnipeg, 2003) Assembleias reafirmaram esses compromissos.

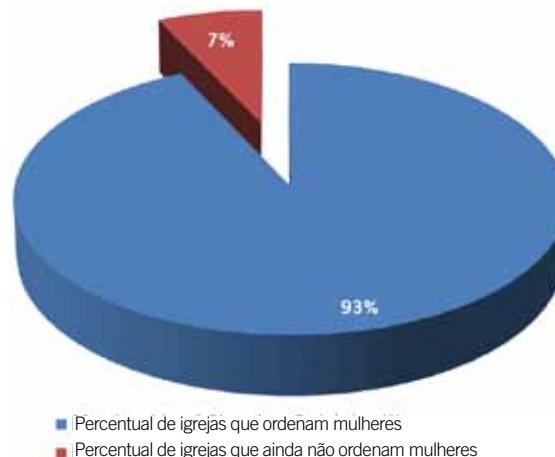
- As Assembleias e Conselhos, os principais organismos tomadores de decisões do Escritório da Comunhão, resolveram que o dom das mulheres no ministério ordenado é uma prática distintiva a ser buscada na Comunhão global. Um aspecto é a reflexão teológica e as implicações eclesiológicas da integração de mulheres no ministério ordenado. Ele mostra como a igreja entende a si mesma e dá testemunho da vivência e do anúncio do evangelho inclusivo.

A participação de mulheres no ministério ordenado é um passo vital, ainda que não o único, rumo à construção de uma Comunhão inclusiva. A participação plena de mulheres e homens em organismos de tomada de decisões é outro passo crucial rumo à inclusividade. A FLM corporifica a *ecclesia semper reformanda*, a noção de estar em um processo contínuo de reforma de numerosas maneiras.

**Percentual de igrejas-membro da FLM que ordenam mulheres**



**Percentual de membros pertencentes a igrejas-membro da FLM que ordenam mulheres**



*O gráfico à direita reflete o fato de que a grande maioria das 70,5 milhões de pessoas luteranas existentes na comunhão pertence a igrejas-membro da FLM que ordenam mulheres.*

Dentro da comunhão, foram feitos muitos esforços positivos e mudanças com base em decisões refletidas e concertadas que apoiam a plena participação das mulheres. Por exemplo, o sistema de cotas apoia e promove a liderança compartilhada dentro das estruturas institucionais da FLM, como Assembleias e Conselhos. O uso de cotas é um mecanismo estrutural que visa fazer frente à variedade de obstáculos práticos com que as mulheres se deparam quando procuram atingir diferentes

níveis e posições. Através de grupos de mulheres relacionados à FLM, mulheres adultas e jovens contribuem para o bem-estar da sociedade prestando serviços diaconais a seus próximos e suas próximas. Entretanto, a igreja ainda não enfrentou plenamente as formas pelas quais os sistemas e as relações de gênero geram privilégios para algumas pessoas e opressão e dor para outras e, assim, afetam nossa vida compartilhada na igreja e na sociedade.

Embora o sistema de cotas seja uma ferramenta importante para assegurar a presença de mulheres, frequentemente restam obstáculos graves no caminho da participação plena. Parece haver uma desconexão entre decisões tomadas globalmente, em uma Assembleia, e o que acontece em nível local. O simples preenchimento de cotas não é suficiente. Embora as cotas possam assegurar a presença, elas não garantem necessariamente a participação. Para ser fiéis a compromissos de Assembleias anterio-

---

res e alcançar a meta da inclusividade plena, há uma necessidade urgente de sermos transformadas como igrejas e como Comunhão global pelo poder que as mulheres e a juventude trazem.

Um dos marcos na vida da Comunhão FLM foi a voz profética articulada no texto *Churches Say “No” to Violence Against Women*<sup>7</sup> [As igrejas dizem “não” à violência contra as mulheres], que confessa que existe violência dentro das igrejas e discute as medidas que estão sendo tomadas para combater essa violência.

O trabalho de igrejas e organizações baseadas em igrejas visando à prevenção e superação da violência contra as mulheres se baseia em uma ética de resistência à injustiça. A prática, o trabalho diaconal e a reflexão teológica das igrejas fazem parte da abordagem crítica da fé e da religião, que pode ajudar a desfazer a conexão, frequentemente perigosa, entre religião e cultura que relega as mulheres à esfera privada onde a violência ocorre com maior frequência. A experiência

ganha a partir da reflexão sobre o plano de ação da FLM “As igrejas dizem ‘não’ à violência contra as mulheres” e sua implementação mostra claramente que a fé é um elemento decisivo que precisa ser considerado na tentativa de superar a violência. Um aspecto da vocação cristã consiste em chamar as coisas de acordo com o que elas são efetivamente. Por isso, é significativo que a Comunhão tenha declarado publicamente que a violência contra as mulheres constitui pecado e que as igrejas são conclamadas a serem um porto seguro.

### ***A comunhão a caminho da justiça de gênero***

A FLM continua a desenvolver os meios para sustentar e viver seu compromisso de alcançar a justiça de gênero nos níveis organizacional e estrutural:

- Em 1997, na 9ª Assembleia em Hong Kong, o compromisso com a igualdade de gênero foi identificado como uma das tarefas centrais da Comunhão: falar sobre gênero e poder a partir de uma perspectiva de fé com base teológica e bíblica como uma questão de justiça e uma questão relacional e abordar gênero e poder como questões de liderança.

- A 10ª Assembleia de 2003, em Winnipeg, Canadá, enfocou as numerosas questões discutidas e decisões tomadas em anos anteriores e reafirmou explicitamente a promoção da inclusão plena das mulheres e da juventude na vida da igreja e da sociedade.
- A experiência diaconal das igrejas tem mostrado que a reflexão teológica se torna relevante quando está associada ao cuidado profundo e apaixonado para com o próximo e à próxima. É em seu trabalho diaconal que as igrejas se posicionam no espaço público, escutando, vendo, tocando, discernindo e acompanhando as pessoas que sofrem e estão sendo oprimidas. Nesse movimento dinâmico de interação com o espaço público e mediante a oferta de percepções tiradas do rico tesouro da fé, as igrejas se tornam cidadãs ou assumem a cidadania. A cidadania das igrejas faz parte de uma identidade teológica; a maneira pela qual as igrejas se entendem como fazendo parte do movimento eterno e permanente de Deus rumo à criação e toda a humanidade. Faz parte da auto compreensão mis-

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[lutheranworld.org/content/resource-churches-say-%E2%80%9Cno%E2%80%9D-violence-against-women-action-plan-churches](http://lutheranworld.org/content/resource-churches-say-%E2%80%9Cno%E2%80%9D-violence-against-women-action-plan-churches)>.

siológica de ser enviada ao mundo, oferecida primeiro pela iniciativa graciosa de Deus de sair do âmbito da intocabilidade e de, com profunda compaixão, entrar nas alegrias e nos sofrimentos, nas dores e na esperança do mundo.

- É com essa compreensão de missão diaconal que a FLM trabalha para promover os direitos plenos e a igualdade plena de todos os seres humanos e, conseqüentemente, engaja-se na promoção da liderança e participação plena das mulheres. A experiência da abordagem diaconal de defesa dos direitos das pessoas pobres e oprimidas proporciona a base prática para a compreensão conceitual de justiça em todos os níveis e em todas as relações, especificamente nas relações de gênero.
- Em 2009, o processo de reflexão sobre gênero e poder foi sistematizado e publicado no documento *“It will not be so among you!” A Faith Reflection on Gender and Power* [“Entre vocês não será assim!” Uma reflexão de fé sobre gênero e poder], que foi recebida pelo Conselho. Esse é outro exemplo de reflexão



teológica sobre análise de gênero e oferece a base na qual se assenta o desenvolvimento da política.

- Além disso, a FLM, como comunhão de igrejas, tem baseado seu compromisso de adotar uma Política de Justiça de Gênero nas experiências e no engajamento das igrejas-membro em seu trabalho visando à promoção dos direitos humanos. As políticas de gênero das igrejas e organizações eclesiais constituem a base para o desenvolvimento de uma política para toda a Comunhão – trata-se de um movimento em espiral. As experiências são reunidas e sistematizadas no nível da Comunhão. A nova formulação para a Comunhão se baseia nesses acordos e nessas experiências.

As lições aprendidas a partir das iniciativas e dos processos são de que em todos os níveis da Comunhão – igrejas-membro, secretarias, programas e projetos – ela é desafiada a refletir sobre uma abordagem mais abrangente, fundamentada em conceitos teológicos, de como lidar com as formas pelas quais esses sistemas de privilégio e opressão, baseados em uma construção social e

cultural, afetam a presença de mulheres na liderança. Trata-se de ir além da noção de trazer “mulheres para a mesa” (presença) rumo a “condições iguais para mulheres e homens à mesa” (participação plena).

### **Fundamento bíblico e teológico: Por que a justiça de gênero é importante para a Comunhão Luterana?**

Desenvolver e adotar uma Política de Justiça de Gênero na Comunhão FLM faz parte do processo de compreensão da missão holística como uma corporificação da graça de Deus no mundo. A teologia luterana é rica em subsídios para aprofundar a compreensão e prestação de contas mútua da Comunhão em relação à justiça de gênero como um ato de fé.

A contextualidade é um dos marcos da teologia luterana. Dentro da FLM, isso implica diálogos regionais contínuos. De acordo com a estratégia da FLM para 2012-2017,

as relações da Comunhão são interdependentes. Há múltiplos centros de tomada de decisões e de ação. Fazer

parte da Comunhão ajuda a empoderar as igrejas-membro para participar da vida da Comunhão e moldá-la através das redes que as ligam e reúnem em nível regional e global. A rica diversidade cultural delas deve ser celebrada e oferece oportunidades de muitas espécies de encontros compartilhados, desafio e aprendizado mútuo.<sup>8</sup>

A justiça de gênero é um ponto de orientação para esses muitos centros e para o diálogo entre eles.

A imagem bíblica da igualdade e justiça é apresentada no início desta política (p. 5) como o fundamento bíblico da compreensão da Comunhão FLM a respeito da justiça de gênero. Os seres humanos são criados à imagem de Deus – homem e mulher: diferentes, mas iguais. As mulheres e os homens compartilham do privilégio de cuidar de toda a criação de Deus e são responsáveis por esse cuidado. Os seres humanos dependem de Deus e, por isso, servem-se mutuamente.

O uso de ferramentas de gênero para interpretar os relatos da criação pode levar a perguntas críticas como as seguintes: Como os homens e as

<sup>8</sup> Op. cit. (nota 4), 9.

mulheres aceitam a primazia de Deus em relação a toda a humanidade? Como as mulheres e os homens vivem para ser parceiras e parceiros de Deus na obra contínua da criação? Como conceitos bíblicos centrais a respeito da criação igual e mordomia igual podem ser interpretados para promover a parceria? O que a mordomia da graça de Deus significa no contexto cultural de vocês? Quais são as implicações da mordomia para a justiça para mulheres e homens no contexto cultural de vocês?

Seguem-se alguns pontos de partida teológicos luteranos básicos à luz dos quais as igrejas-membro da FLM são incentivadas a desenvolver e compartilhar umas com as outras seu engajamento diversificado com a justiça de gênero. Tais processos e diálogos ocorrerão da melhor maneira em colaboração plena entre mulheres e homens.

### ***A Sagrada Escritura: diálogo entre vida e texto***

Por que a Bíblia é importante? A Bíblia fala ao mundo a respeito da graça de Deus. Lutero lembrou às pessoas cristãs que o mais importante é a promessa divina da graça por meio de Jesus Cristo. Por conseguinte, uma pergunta-chave na tradição luterana é: o que

leva a Cristo? Em outras palavras: como se manifesta a graça de Deus? Isso é ilustrado no evangelho. Quando Jesus cura a mulher encurvada, a humanidade plena dela é restaurada (Lc 13.10-17).

Essas ideias levam a perguntas como as seguintes: O que a promessa divina da graça significa para mulheres e homens? Como a promessa divina da graça poderia moldar a leitura e interpretação de textos bíblicos a partir de uma perspectiva de justiça de gênero?

A arte de interpretar as diferentes mensagens da Bíblia em interação com os contextos atuais se chama hermenêutica.

A tradição luterana é convidada, por suas próprias melhores percepções, a ser dinâmica, autocrítica e aberta para o futuro. Sua perspectiva teológica é marcada pelo reconhecimento de tensões dialéticas, que resistem a uma resolução porque iluminam facetas diferentes da vida com Deus e no mundo de Deus.<sup>9</sup>

Há um conjunto distintivo de ensinamentos que as pessoas luteranas consideram útil na interpretação da

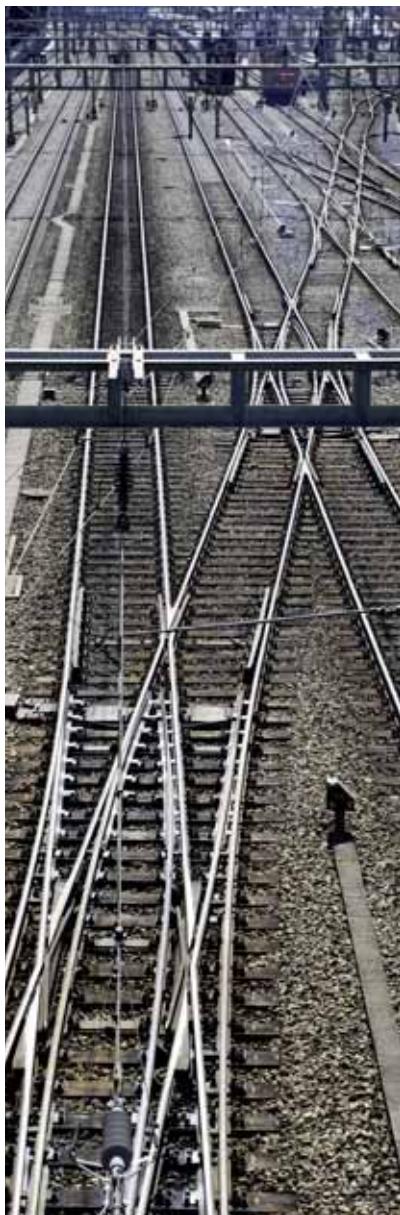
Sagrada Escritura. Eles incluem a afirmação de que as pessoas cristãs são um povo sacerdotal, a justificação pela graça através da fé, a distinção de lei e evangelho, *solus Christus*, *sola gratia*, *sola fide*, *solo verbo* e uma teologia da cruz e o princípio interpretativo de que a Escritura interpreta a Escritura. Como se observou acima, um ponto de entrada importante, uma chave hermenêutica é ler o texto à luz da pergunta: o que leva a Cristo?

Ler a Bíblia individualmente, ou em grupos, congregações e comunidades, exige um envolvimento ativo com o texto – tanto o contexto histórico quanto o da realidade da vida atual. Essa diversidade e riqueza de experiência de vida está conectada no ambiente comunitário entre a vida e a Bíblia. Por conseguinte, a língua e a diversidade cultural em interpretações escritas, orais e verbais bem como a recepção e as pessoas ouvintes são elementos que precisam ser levados em conta na exegese da Escritura. A interpretação do texto bíblico em um ambiente comunitário em ressonância e dissonância com práticas e situações contextuais atuais será enriquecida.

Dentro da Comunhão Luterana há formas diversificadas de interpretação da Bíblia. Entre elas estão as leituras

---

<sup>9</sup> Ibid., 8.



contextuais ou populares em que o contexto e a comunidade são os pontos de partida para o diálogo com o texto. Para ajudar a discernir as tensões entre a lei e o evangelho, ferramentas críticas são elementos valiosos com a intenção de provocar mudanças em sistemas de injustiça. Essa forma de ler a Bíblia pode ser uma luz e força para o empoderamento de mulheres e grupos marginalizados e para a promoção da justiça de gênero. Ler textos bíblicos a partir de uma perspectiva contextualizada com pessoas e grupos marginalizados é um exercício de empoderamento que articula teologias localmente corporificadas e contextuais.

As pessoas começam a ver suas próprias lutas diárias em conexão com os relatos bíblicos. A interação com o texto se torna uma motivação para questionar injustiças baseadas em gênero. A questão da justiça de gênero tem fundamentos teológicos no testemunho bíblico e na tradição cristã. Embora essa tradição teológica e bíblica possa ser interpretada como uma tradição que reafirma a cooperação entre mulheres e homens em vários aspectos da liderança no mundo, essa conclusão em geral não é vivida plenamente no contexto da família, da igreja e do espaço público. As mulheres tendem a ser sobrecarregadas com a responsabilidade doméstica,

excluídas da liderança no ministério e não são incentivadas a assumir liderança na esfera pública.

Certos textos bíblicos e tradições eclesiais que apoiam essa marginalização das mulheres talvez precisem ser relidos à luz da compreensão geral da igualdade dos seres humanos diante de Deus, do mandado de Deus para a humanidade na mordomia e da nova identidade através do batismo.

Os desafios hermenêuticos ou interpretativos relacionados a isso não são fáceis de desembaraçar por causa da contextualização cultural que não é só vivenciada na sociedade contemporânea, mas também se evidencia nos próprios textos bíblicos e tradições proto cristãs.

Uma leitura contextual de textos bíblicos que use a análise de gênero é uma metodologia útil para tornar explícitas as disparidades entre mulheres e homens na sociedade e nas igrejas atualmente. Uma leitura crítica facilita a desconstrução de ideologias que perpetuam sistemas que privilegiam algumas pessoas e oprimem outras, como ocorre em estruturas patriarcais. Uma leitura crítica visa à organização ativa de mulheres e homens em busca de relacionamentos transformadores e justos e de uma socialização alternativa de meninos e homens, meninas e mulheres

em parceria. Essas relações comunitárias podem ser uma expressão viva de justiça e dignidade encarnada.

- O que a Escritura diz sobre justiça?
- Que textos bíblicos apoiam a justiça de gênero?
- Que textos são contrários a um relacionamento justo e equitativo entre mulheres e homens e o contestam?
- Que sentido a graça de Deus pode ter/tem na leitura de todos esses textos?

### ***Justificação e graça: Liberdade e dignidade para todos os seres humanos***

- Qual é a sensação de ser uma pessoa justificada?
- Qual é a sensação de ser uma pessoa simultaneamente justificada e culpada?
- Quais são as consequências para as pessoas e para a própria igreja de serem simultaneamente justificadas e culpadas?

A abordagem teológica proposta nesta política se baseia na justiça como um conceito fundamental inserido na noção bíblico-teológica da justificação pela graça através da fé, que fundamenta a identidade luterana. Sermos pessoas justificadas é sermos pessoas libertas daquilo que nos prende (cf. Rm 5).

Essa abordagem teológica radicada na justificação também reconhece que os seres humanos ainda são orientados por sistemas hierárquicos e injustos, que chegam, muitas vezes, ao ponto de ser sustentados por leis injustas; conseqüentemente, viver com a noção radical da justificação pela graça de Deus é estar livre da meritocracia, ou do cumprimento das exigências de tradições e valores patriarcais. Assim, somos simultaneamente seres justificados e culpados – *simul iustus et peccator*. A partir de uma perspectiva luterana, esse é o estado paradoxal de ser em que a igreja e a sociedade sempre se encontram. Ser guiado e guiada pelo impulso da graça é reafirmar que mulheres e homens são pessoas empoderadas para resistir e se engajar em ações de transformação.

A humanidade não é igual só na criação, mas também no pecado. Afirma Paulo: “[...] como está escrito: Não há justo, nem um sequer [...] pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm

---

3.10,23). Embora seja comum entender o pecado em termos de ações ou atos individuais, as comunidades e instituições também devem rever sua conduta.

O pecado é o dano causado a outras pessoas, a nós e a Deus. Leis, hábitos, ideias, atitudes e políticas podem, todas, ser pecaminosas se causam dano a qualquer parte da criação de Deus. Por conseguinte, o pecado não é apenas pessoal, mas também estrutural e institucional. Qualquer coisa que coloque o valor de um grupo de seres humanos acima de outro é pecaminosa porque desvalorizar outras pessoas é danoso. Neste sentido, um sistema baseado na subordinação e opressão, colocando o valor dos homens acima do das mulheres, é um sistema pecaminoso. Essa compreensão de um sistema pecaminoso de opressão ajuda a evitar que se simplifique excessivamente a análise. Viver num sistema implica que a superação de estruturas injustas é a responsabilidade de mulheres e homens. Visto que um sistema pecaminoso desumaniza tanto as mulheres quanto os homens, é uma tarefa compartilhada engajar-se ativamente em movimentos de mudança e transformação. A justiça de gênero se refere, portanto, tanto a mulheres quanto a homens que organizam em conjunto a vida baseada na parceria e justiça.

A justificação pela graça de Deus muda a existência da pessoa cristã no mundo e, com isso, dá à igreja a base para enfrentar sistemas injustos. Na parábola dos trabalhadores na vinha (Mt 20.1-16), a dignidade é restaurada porque a graça de Deus recai de maneira igual sobre todos os trabalhadores. A humanidade é, portanto, igual na redenção.

- O que você acha que muda na vida dos trabalhadores por eles serem tratados de maneira igual?
- O que muda numa comunidade por todas as pessoas serem justificadas pela graça de Deus?

### ***A encarnação de Deus: Corporificação e justiça***

- Que conexões você vê entre a corporificação de Deus em Jesus Cristo e a justiça?
- Que conexões você vê entre a corporificação humana e a justiça?

Deus quis compartilhar plenamente da vida humana na carne de um ser humano. Deus se encontra com os seres humanos em Jesus Cristo, que mostra quem Deus é: um

Deus que quer libertar as pessoas da escravidão, livrá-las do cativeiro de um mundo caído, empoderar as pessoas pobres e oprimidas e convidar todas as pessoas a levar a vida em liberdade como filhas de Deus. Essa é a experiência do Deus que “ouve e desce” para libertar as pessoas que clamam por ajuda (Êx 2.24; 3.7).

Jesus Cristo chamou seus seguidores e seguidoras para um novo paradigma da família de Deus, em que os sistemas familiares biológicos comandados pelos homens fossem transformados (Mc 3.35). O corpo humano, em todas as suas realidades, sofrimentos e alegrias está no centro da revelação cristã por causa da encarnação de Deus através de Jesus Cristo. Assim, através da encarnação Deus estabelece uma relação mais profunda com os seres humanos. O Verbo divino assume um corpo humano e nos habita (Jo 1.14). Empoderado pelo Espírito Santo, o corpo de Cristo é uma comunidade nova, justa de irmãs e irmãos. Essa comunidade, a igreja, é o corpo de Cristo hoje (1Co 12.26-27).

O Espírito Santo empodera a igreja para tornar visível a justiça no mundo. A justiça é constitutiva da identidade da igreja. Na vida da igreja, a humanidade tem um vislumbre daquilo que a igreja e a criação toda serão.

A graça de Deus cria espaço para que uma justiça libertadora se desdobre; por conseguinte, é tarefa profética da igreja, discernir a forma em que a justiça se moldará com todas as pessoas que sofrem discriminação e violência. Isso move e energiza a igreja ativamente para se engajar pela justiça em todos os relacionamentos.

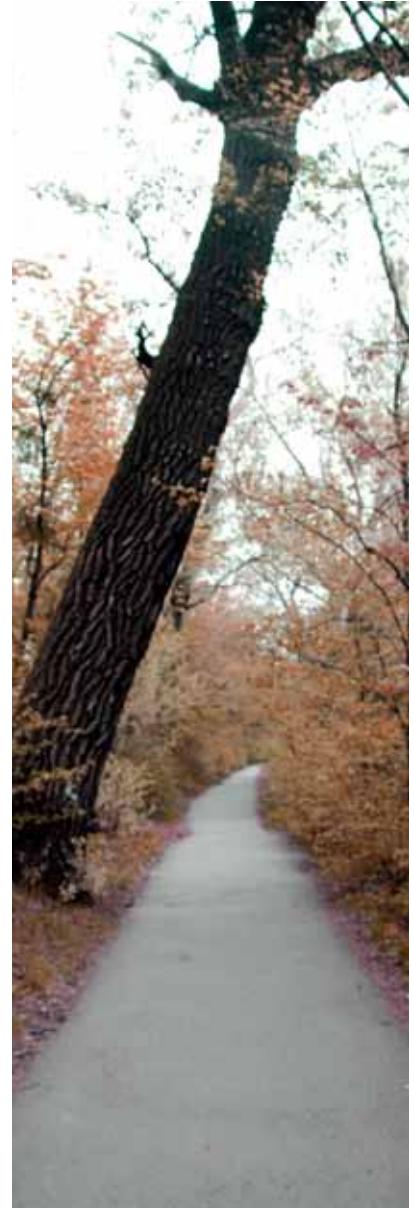
Em seu contexto, que imagens da encarnação de Deus você vê?

- Como as imagens da encarnação de Deus se relacionam com a justiça entre mulheres e homens? (Ou: de que formas a encarnação de Deus se relaciona com a justiça entre mulheres e homens?)

***Os sacramentos: Livres para servir a uma mesa inclusiva e redonda***

- Que tipo de liberdade Deus promete nos sacramentos?
- Ao celebrar a Santa Ceia, que imagens de diversidade você reconhece no corpo de Cristo?

Através do batismo, cada pessoa se torna parte do corpo de Cristo (1Co 12). Toda pessoa é importante e dotada



pelo Espírito Santo de diferentes dons, capacidades e aptidões.

Jesus compartilhou a mesa com as pessoas excluídas, oprimidas e necessitadas e, partindo com elas o pão, as empoderou. Através do pão e do vinho nós compartilhamos da mesma mesa e reconhecemos que somos iguais e que nossa comunhão depende unicamente da graça de Deus. Em Jesus Cristo todas as pessoas recebem perdão e vida nova. Por conseguinte, não há razão para legitimar qualquer forma de supremacia, discriminação ou opressão entre mulheres e homens ou entre as pessoas e o meio ambiente. Como Paulo exortou admiravelmente a igreja na Galácia e em Corinto: “[...] não pode haver nem homem e mulher” (Gl 3.26-28; cf. 1Co 12.13).

A humanidade, independentemente de gênero, biologia ou outras condições, é transformada na graça de Jesus, no perdão e na vida nova. Diferenças de poder baseadas na etnia, na classe e no gênero são mudadas e transformadas através do batismo. Todas as pessoas são uma em Cristo.

Paulo lembra ainda os gálatas de que “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5.1). O sacerdócio de todas as pessoas crentes significa que as pessoas não só são libertas, mas

também são conclamadas pelo Espírito Santo para cuidar da liberdade no reinado de Deus. A liberdade é para servir, criar e viver em uma comunidade equitativa, cuidar uma da outra, compartilhar dons e tomada de decisões e empoderar as pessoas excluídas por sistemas de privilégio e opressão. A justiça de gênero é uma expressão da liberdade cristã. No tocante à igreja visível, há uma responsabilidade compartilhada entre mulheres e homens para desenvolver estruturas de participação, transparência e prestação de contas, que são elementos concretos na construção da justiça de gênero na vida das pessoas e organizações.

- Como o batismo e a eucaristia antecipam e inauguram novas formas de viver?
- Que práticas de liderança compartilhada podem ser desenvolvidas no contexto de vocês?

### ***Pilares eclesiológicos: Liderança compartilhada e um discipulado de iguais***

- De que formas você acha que o batismo influencia a liderança e o discipulado?

- Como nós, como igreja, reagimos a textos contraditórios sobre a liderança de mulheres?

Através do batismo, tanto as mulheres quanto os homens são restauradas e restaurados para Deus. Ambos são plenamente aceitos por Deus, embora sejamos ao mesmo tempo pecadoras e pecadores. Em outras palavras, há unidade de gêneros diante de Deus, tanto em nossa pecaminosidade quanto na justificação. Ninguém tem qualquer vantagem diante de Deus em decorrência do gênero. Ninguém é justificado e justificada diante de Deus devido ao que fez ou é, mas unicamente pela graça de Deus.

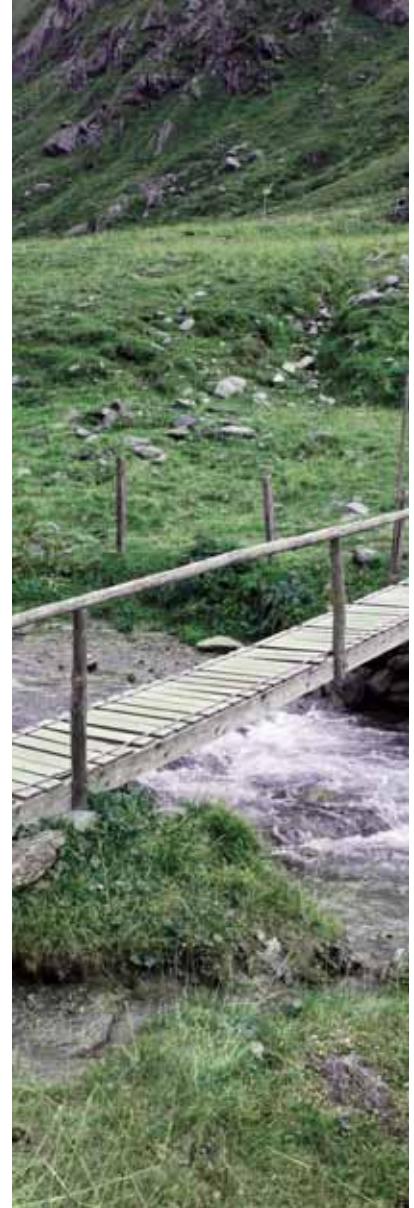
Essa imagem e criatividade compartilhada é assumida em cada aspecto da vida humana, mesmo onde a diferenciação de papéis é moldada por influências culturais. A subjugação de um gênero por outro não é inteiramente coerente com o espírito da tradição da criação; embora algumas pessoas tenham entendido que a referência a “uma auxiliadora que lhe seja idônea” (Gn 2.18) implique a subordinação das mulheres aos homens, ela também poderia significar o apoio mútuo fiel, porque em outros textos a mesma palavra “auxiliador” é usada para designar Deus. Por exem-

plo: “Elevo os olhos para os montes: de onde me virá o auxílio (*ezer*)? O meu auxílio (*ezer*) vem do Senhor, que fez o céu e a terra” (Sl 121.1-2). Aqui, a palavra usada para designar a mulher como auxiliadora do homem é usada para fazer referência à confiabilidade de Deus no Salmo 121. De acordo com essa compreensão, “auxiliadora” não é entendida em termos de subordinação, mas de apoio mútuo confiável.

A instrução de que as mulheres deveriam “conservar-se caladas nas igrejas” (1Co 14.34) não pode ser lida isolando-a de outras conclamações adjacentes ao silêncio. Por exemplo, se não há ninguém para interpretar uma língua, cada uma das pessoas que falam em línguas deve “ficar calada na igreja, falando consigo mesma e com Deus” (1Co 14.28)<sup>10</sup>. Também no caso dos profetas, só um pode falar de cada vez, e se um tiver uma revelação enquanto o outro ainda estiver falando, “cale-se o primeiro” (1Co 14.30). Assim, em

---

<sup>10</sup> Há pesquisas que apontam para o fato de que esse texto não pode ser atribuído a Paulo, mas é uma interpolação; é uma inserção para construir um argumento posterior de exclusão e silêncio para as mulheres. Veja, por exemplo, várias das publicações de Elizabeth Schüssler Fiorenza.



Coríntios, o silenciamento das mulheres pode ser visto no contexto mais amplo do ordenamento do culto, embora se apele para a “lei” ou ordem da criação como maneira de enfatizar essa preocupação local. A instrução de Paulo de que as mulheres fiquem caladas nas reuniões da congregação é movida pelo contexto. Ela não pode ser entendida como uma regra universal porque Paulo aprova que as mulheres falem publicamente nessas reuniões (1Co 11.5). Há uma tensão evidente entre ambos os textos, o que ilustra claramente que, nos tempos bíblicos, assim como hoje, a contextualidade era e continua sendo um elemento-chave na interpretação.

Claramente, por causa dos contextos históricos em que foram escritos, os textos neotestamentários não apoiam unanimemente a igualdade de gênero. Os textos que tomam por certa a hierarquia de gênero (p. ex., a exigência de que as esposas sejam submissas a seus maridos em Ef 5.21-24; Cl 3.18) deveriam ser revisados criticamente à luz dos ensinamentos na tradição dos ditos de Jesus e das cartas de Paulo.

Podemos reafirmar que a exclusão de qualquer gênero da liderança não é coerente com a Bíblia e a tradição da igreja? Havia ministras de Deus tanto na época do Antigo quanto do Novo

Testamento. Havia a “profetisa Miriã” (Êx 15.20), que trabalhava com Arão e Moisés. Havia também Débora, que era uma líder religiosa e política ao mesmo tempo (Jz 4.4). A profetisa Ana confirmou a messianidade de Jesus e o abençoou quando ele foi consagrado no templo (Lc 2.36). Jesus tinha muitos discípulos e discipulas. Muitas das discipulas tomavam conta das necessidades econômicas de Jesus, por exemplo.

[...] Maria, chamada Madalena, da qual saíram sete demônios; e Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, Suzana e muitas outras, as quais lhe prestavam assistência com os seus bens (Lc 8.2-3; também Mc 15.41).

Muitas dessas mulheres foram as primeiras testemunhas da ressurreição (Lc 24.22; Jo 20.11-18). Em Romanos 16, muitas mulheres são mencionadas em diferentes funções e ministérios, incluindo a de colaboradoras de Paulo, como Prisca (Rm 16.3), e apóstolas como Júnia (Rm 16.7). Essas mulheres assumiram papéis de liderança nas comunidades cristãs dos primeiros séculos. Na história da igreja, muitas mulheres sofreram perseguição por causa de seu testemunho firme de Cristo (p. ex., Perpétua e Felicidade).

A igreja espelha identidades sociais, prescrições sociais e interpretações culturalmente influenciadas do que significam “masculinidade” e “feminilidade”. O silêncio e a inação da igreja são atos de cumplicidade. Em seu próprio cerne, a igreja tem ativos teológicos não usados até agora que podem promover a dignidade e a realização de cada ser humano e resultar na mudança de práticas que excluem as mulheres e alguns homens com base em normas sociais e culturais.

- De que formas nós como igreja permitimos que interpretações bíblicas inconsistentes influenciem e perpetuem normas culturais e sociais negativas na igreja e na sociedade?
- Com base nas narrativas bíblicas, como e onde você vê práticas de justiça de gênero no contexto da igreja?

## Diretrizes e ferramentas para planos de ação contextualizados

Monitoramento e prestação de contas: O Escritório da Comunhão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento institucionalizado referente ao trabalho programático. Uma revisão dos

progressos alcançados será apresentada ao Conselho pelo Secretário Geral.

Esta seção da Política de Justiça de Gênero da FLM oferece ferramentas práticas e orientação para integrar a perspectiva de gênero em toda a comunhão luterana. Algumas ferramentas práticas são sugeridas, e não prescritas. Elas podem ser usadas para promover o compartilhamento de papéis e responsabilidades em todos os níveis entre líderes e grupos nas igrejas-membro, bem como integrantes das equipes do Escritório da Comunhão e dos programas do Serviço Mundial em diferentes países.

Para atingir o objetivo da justiça de gênero em todos os níveis – como foi acordado na *Estratégia da FLM para 2012-2017* – a FLM está comprometida com os valores da dignidade e justiça para todas as pessoas, compaixão e respeito pela diversidade, inclusão e participação, transparência e prestação de contas que sustentam seu trabalho e sua missão.

Segue abaixo uma lista de estratégias para a implementação da justiça de gênero.

### **Avaliação contextual**

O primeiro passo para qualquer intervenção teológica, humanitária ou de desenvolvimento é discernir e identificar diferentes contextos. Para desenvolver

qualquer política como parte de um marco organizacional para orientar o trabalho programático, a abordagem metodológica deveria se basear numa escuta cuidadosa das experiências de vida de mulheres e homens, meninas e meninos, e dos contextos socioeconômicos, políticos e culturais que os influenciam. Nesse processo de avaliação contextual, é crucial reconhecer que a maior parte das injustiças de gênero no mundo é cometida contra as mulheres. Por conseguinte, a ênfase precisa residir no empoderamento das mulheres com a parceria dos homens para se alcançar a justiça. As experiências são construídas social e culturalmente e, muitas vezes, caracterizadas por relações de poder desiguais. Nomear explicitamente e examinar essas relações de poder através da análise de gênero oferece informações para determinar estratégias eficazes na avaliação contextual.

A análise de gênero é definida da seguinte maneira:

- Uma ferramenta para entender as disparidades entre as realidades das mulheres e dos homens
- Um exame das diferenças que levam a desigualdades e injustiças sociais, econômicas, políticas e religiosas

- Uma ferramenta para identificar a divisão de trabalho baseada em gênero e as definições de mulheres e homens, levando em conta as diferenças em status social, necessidades biológicas, situações econômicas e identidades raciais e/ou de gênero, etc. como parte do processo de alcançar a equidade de gênero.

O resultado a que se visa com uma análise de gênero é transformar relações de poder desiguais em relações justas entre mulheres/meninas e homens/meninos. Por conseguinte, é necessário:

1. **Coletar** e analisar dados quantitativos e qualitativos desagregados por sexo para identificar desigualdades baseadas em gênero tanto na esfera privada quanto na pública
2. **Basear** a elaboração de intervenções, projetos e programas nos resultados da análise estatística
3. **Usar** ferramentas de análises de gênero e avaliação de impacto para diagnosticar padrões de acesso a recursos e benefícios e controle sobre eles que estejam baseados em gênero e para moldar a política



e as decisões gerenciais que irão eliminar a desigualdade e promover ações de igualdade.

### ***Abordagem participativa***

A opressão baseada em gênero precisa ser enfrentada urgentemente. Dever-se-ia incentivar o diálogo que se envolva em e conduza à reflexão sobre questões de gênero e promova mudanças que conduzam à justiça de gênero, contestando valores patriarcais e não inclusivos nas igrejas e sociedades.

Para que o diálogo e a mudança ocorram é essencial estabelecer novas parcerias e fortalecer as existentes. Esse diálogo é crucial dentro de e entre comunidades, famílias, igrejas-membro, todas as expressões da FLM e entre expressões da FLM e organizações ecumênicas a fim de abordar a justiça de gênero como pré-requisito fundamental para a missão holística.

Em nível prático, a participação é assegurada através de programas e projetos e do trabalho das igrejas-membro para:

- 1. Oferecer** espaços e plataformas para reunir mulheres e homens em conjunto e/ou em separado para escutar profundamente, refletir

cuidadosamente e entender-se mutuamente em relação a como concebem e visionam sua realidade e o que vivenciam

- 2. Orientar** o trabalho para construir alianças e parceria entre homens e mulheres, incluindo ferramentas e metodologias para a resolução de conflitos
- 3. Assegurar** que os interesses estratégicos e necessidades práticas de mulheres e homens, meninas e meninos sejam abrangidos equitativamente em ciclos de programas e projetos, e que tanto as mulheres quanto os homens sejam vistos em seus papéis produtivos e reprodutivos.

### **Transversalização da justiça de gênero**

Declarar que a justiça de gênero é uma prioridade transversal é primordialmente uma decisão política e estratégica<sup>11</sup>. Implica que todo processo, estrutura, plano, programa e projeto levará em conta a justiça de gênero bem como mudanças metodológicas no planejamento, implementação, monitoramento,

apresentação de relatórios e avaliação das intervenções de toda a organização. Implica também um realinhamento estrutural deliberado em que a análise de gênero seja um elemento-chave nos processos de tomada de decisões.

A definição oficial de integração da perspectiva de gênero da ONU é a definição incluída nas Conclusões Acordadas em 1997 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas [ECOSOC, na sigla em inglês], onde a integração da perspectiva de gênero é definida como “o processo de avaliação das implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada [...] de modo que as mulheres e os homens se beneficiem de maneira igual e a desigualdade não seja perpetuada”.

Seguem-se alguns passos para integrar a perspectiva da justiça de gênero na comunhão:

- 1. Mapear** e fazer um levantamento de programas e projetos e revisar leis e outros instrumentos jurídicos, documentos, políticas de recursos humanos, políticas linguísticas, etc. usando a justiça de gênero como uma ferramenta analítica
- 2. Definir** indicadores sensíveis à questão de gênero (quantitativos e

qualitativos) para medir o benefício e os impactos de programas e iniciativas sobre homens/meninos e mulheres/meninas

- 3. Definir** pessoas ou grupos focais na organização para serem responsáveis pelo monitoramento do processo
- 4. Promover** reflexão teológica sobre a justiça de gênero.

### **Capacitação**

É vital que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participar plenamente na liderança e na tomada de decisões. De igual modo, valorizar as mulheres e os homens implica que a igreja busque o compartilhamento de obrigações e responsabilidades e procure representar e assumir o *status* igual de mulheres e homens na igreja e na sociedade. Em seus valores e suas práticas, a igreja pode e deve agir e estabelecer um exemplo, mostrando, com isso, que suas ações são coerentes com sua pregação profética.

Isso implica um compromisso organizacional de promover e fortalecer as capacidades de homens e mulheres para possibilitar e empoderar a eles e a

<sup>11</sup> Vf. *LWF Strategy*, op. cit. (nota 9).

---

elas para cumprir os objetivos das práticas da justiça de gênero. Vários níveis de capacitação deveriam ser considerados, levando em conta as diversas memórias e comunidades.

Estratégias para a capacitação com uma perspectiva de justiça de gênero:

1. **Conscientizar** as pessoas no tocante à violência contra as mulheres, violência doméstica e violência baseada em gênero
2. **Focar** nos homens e refletir sobre modelos de masculinidades visando à conscientização em relação a questões de gênero e direitos iguais e assim, no nível institucional, ver tanto as mulheres quanto os homens como criaturas com perspectiva de gênero
3. **Apoiar** grupos de estudo bíblico que fomentem diálogos sobre questões de gênero com base na Sagrada Escritura
4. **Integrar** a justiça de gênero em currículos e programas de ensino de seminários e instituições teológicas
5. **Desenvolver** treinamento ou formação em nível formal e não formal para professores e professoras, pessoas voluntárias, pessoal de organizações humanitárias, pastores e pastoras e obreiros e obreiras das igrejas para empoderar a eles e a elas para que sejam sensíveis à perspectiva de gênero e enfrentem a injustiça de gênero na igreja e na sociedade
6. **Motivar** e facilitar o acesso de mulheres ao estudo de teologia para assegurar a integração plena de mulheres com formação teológica no ministério ordenado da igreja
7. **Utilizar** as mídias como uma ferramenta para sensibilizar as pessoas para questões de gênero e abordar essas questões
8. **Desenvolver** capacitação especificamente voltada para jovens líderes do sexo feminino
9. **Elaborar** sistemas para o aprendizado mútuo e contínuo entre integrantes do quadro de funcionários e funcionárias, como, por exemplo, programas de *coaching* e mentoria, para empoderar mulheres e homens para verem a justiça de gênero como uma preocupação comum

10. **Assegurar** oportunidades iguais para mulheres e homens em todos os níveis dentro das estruturas organizacionais.

### **Arranjos organizacionais**

Uma Comunhão FLM inclusiva corporifica diversidade e unidade. Isso significa agir intencionalmente no desenvolvimento de estratégias e na implementação de planos de ação que empoderem as mulheres e fomentem parcerias entre grupos diversificados de homens e mulheres – pessoas leigas e ordenadas, de várias faixas etárias e culturas – em busca de formas alteradas de liderança compartilhada na igreja e em outras expressões da comunhão.

As práticas inclusivas têm implicações eclesiológicas para a comunhão: têm a ver com a maneira como a igreja quer viver sua tarefa profética de transformar estruturas hierárquicas e excludentes proporcionando espaços abertos e acolhedores para todo o povo de Deus. A diversidade e a inclusividade são componentes chave de uma comunhão sustentável que encontra sua unidade em Cristo.

Decisões de Assembleias reafirmam que deveriam ser tomadas medidas e criados mecanismos nas igrejas que aceitem os dons das mulheres na lide-

rança e promovam a inclusividade em todas as estruturas de governança. As cotas são um mecanismo estrutural que visa fazer frente à variedade de obstáculos práticos com que, na maioria dos casos, as mulheres se deparam para alcançar a participação igual com base em qualificação igual.

Aceitar a participação plena e a representação equitativa de mulheres e homens na liderança é um sinal da reforma e transformação contínua da igreja. A ordenação de mulheres é uma expressão dessa afirmação teológica. A integração de mulheres no ministério ordenado serve de fundamento para construir a cidadania das mulheres em contextos eclesiais e é um passo vital na implementação da justiça de gênero nas igrejas.

1. **Promover** mudança de comportamento através do diálogo e do apoio a comunidades, membros de igreja, etc.
2. **Manter** os padrões e requisitos do Certificado de Salário Igual para homens e mulheres obtido em 2012 no Escritório da Comunhão
3. **Aplicar** a participação e representação inclusiva no quadro de funcioná-

rios e funcionárias, eventos, reuniões, comitês e grupos da FLM de acordo com a resolução da 11ª Assembleia sobre equilíbrio de gênero

4. **Assegurar** que o Código de Conduta do Quadro Funcional da FLM referente ao Abuso de Poder e à Exploração Sexual tenha a adesão de todo o quadro, sem exceção; promover a adaptação do Código de Conduta entre igrejas-membro e organizações afins
5. **Implementar** uma auditoria de gênero para organizações na Comunhão e organizações parceiras
6. **Assegurar** que os orçamentos, projetos e programas da organização sejam responsivos à perspectiva de gênero
7. **Estabelecer** um grupo focal de funcionários e funcionárias que trate de questões de gênero na organização (Escritório da Comunhão, igrejas-membro e/ou organizações parceiras) com responsabilidade designada de monitorar e coordenar ações da Política de Justiça de Gênero

8. **Assegurar** participação igual na liderança e em organismos de tomada de decisões.

### ***Lugares seguros e comunidades curativas***

Cada ato de violência baseada em gênero causa dano à criação à imagem de Deus e viola a comunidade de pessoas crentes que são chamadas a viver em relações justas. Por isso, o silêncio precisa ser quebrado. O papel profético da igreja é proporcionar processos de cura e lugares seguros para vítimas e sobreviventes em colaboração mútua com múltiplos parceiros em ministérios de cura. Missão e ministério holísticos também significam que perpetradores de violência baseada em gênero sejam responsabilizados. Isso implica que também os homens façam parte de discussões a respeito de gênero que reflitam sobre como modelos de masculinidades sustentam a violência e o controle.

A opressão e a violência baseadas em gênero, independentemente de quão normativas, tradicionais ou amplamente aceitas sejam em vários contextos, são crimes e pecaminosas; a opressão e violência baseadas em gênero estão em contradição com o evangelho.

Estratégias para enfrentar a violência baseada em gênero como uma questão de fé:

1. **Desenvolver** novas práticas, leis e políticas públicas que reflitam o compromisso com a justiça de gênero, em casos em que a lei, a política pública, práticas culturais ou eclesiológicas estejam em desacordo com a justiça de gênero ou não existam
2. **Engajar-se** em atividades que proporcionem espaços seguros para mulheres, homens, meninas e meninos para impedir a violência contra mulheres e a violência baseada em gênero, incluindo emergências, abrigos e situações de campo de refugiados
3. **Promover e fortalecer** relações, redes e liderança com outras expressões ecumênicas, organizações da sociedade civil, agências relevantes das Nações Unidas e também governos para promover a justiça de gênero
4. **Integrar ações** sugeridas no plano de ação da FLM para as igrejas intitulado *As igrejas dizem “não” à violência contra mulheres*, como, por exemplo: apoiar o trabalho diaconal, elaborar subsídios bíblicos e homiléticos, tornar a igreja um lugar

seguro, trabalhar colaborativamente com organizações da sociedade civil e governamentais, entre outras.

### ***Sistemas e mecanismos de prestação de contas mútua***

A prestação de contas mútua e a comunicação aberta andam de mãos dadas. Onde programas e instituições identificam, com regularidade e clareza, a opressão baseada em gênero, a prestação de contas mútua e transparente se segue naturalmente. Um compromisso com a prestação de contas mútua entre todas as expressões e pessoas dentro da comunhão da FLM é necessário para garantir que as práticas combinem com as políticas e os princípios teológicos. Os princípios, procedimentos e mecanismos de prestação de contas deveriam ser acessíveis e transparentes tanto para as parcerias internas quanto os externos. A prestação de contas mútua está enraizada na liberdade da pessoa cristã para servir o próximo e a próxima.

Toda pessoa tem dignidade, é titular de direitos e tem direito à liberdade de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seguindo o ministério de Jesus, a igreja tem a incumbência de manifestar-se em favor das pessoas pobres, oprimidas, excluídas e vulneráveis.

Defender e colocar em prática o direito internacional dos direitos humanos é a forma pela qual as igrejas podem incrementar seu compromisso com a dignidade humana e ser os necessários agentes de transformação na sociedade. Os direitos humanos se derivam da dignidade humana. Em países onde as pessoas convivem com a violência e conflitos armados, a igreja deveria defender o respeito pelo direito humanitário internacional; isso também se refere em particular à violência sexual e baseada em gênero.

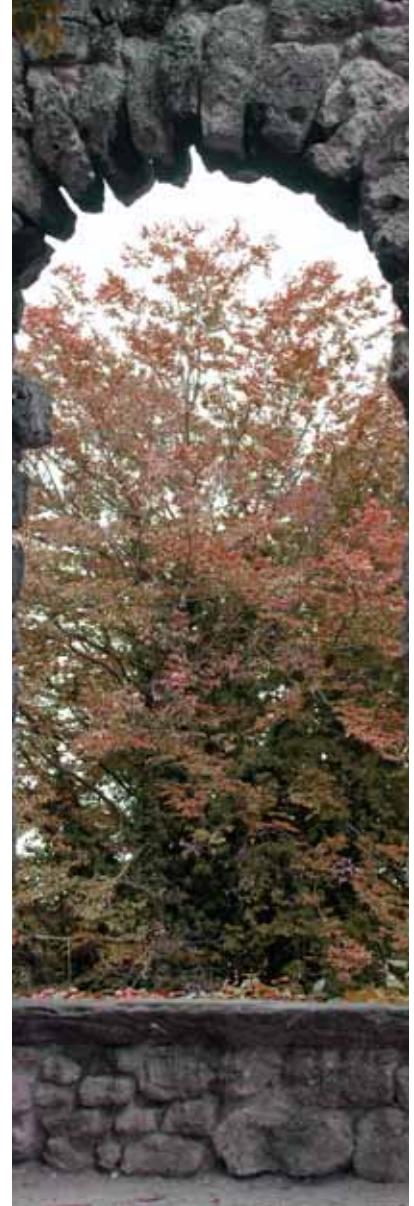
Ignorar ou negligenciar essas diferentes necessidades, interesses e direitos pode ter implicações graves para a proteção e sobrevivência das pessoas que se deparam com uma emergência ou crise humanitária. A integração de questões de gênero desde o início de uma emergência ou desastre é fundamental para garantir que a assistência humanitária prestada não exacerbe a situação nem, inadvertidamente, coloque pessoas em risco, mas alcance as pessoas a serem servidas e tenha o máximo impacto positivo.

As estratégias abrangem as seguintes áreas:

1. **Conscientize** as pessoas em relação às disposições jurídicas e tratados

relevantes da ONU (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher [CEDAW, na sigla em inglês], princípios de Yogyakarta, Resolução 1.325 da ONU, Convenções de Genebra e protocolos adicionais), bem como instrumentos regionais, como, por exemplo, Belém do Pará

2. **Promover** uma abordagem baseada em direitos no desenvolvimento
3. **Adotar** princípios humanitários e códigos de conduta que sustentem todas as intervenções para promover a dignidade humana e mitigar e/ou impedir todas as formas de exploração sexual e abuso de poder e relacionar isso com a abordagem da justiça de gênero
4. **Promover** treinamento para emergências com uma abordagem de gênero
5. **Usar** uma abordagem do tipo “não causar dano” na programação
6. **Criar** oportunidades de acesso igual a recursos e uso igual deles em projetos e programas.







## Glossário

**Gênero** designa diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associados com o fato de ser mulher ou homem bem como as relações e interações sociais entre mulheres e homens. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou um homem em um dado contexto. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nos papéis e responsabilidades que lhes são atribuídos, nas atividades empreendidas, no acesso a recursos e no controle sobre eles, bem como em oportunidades de tomada de decisões.

**Análise de gênero** é uma ferramenta para entender as disparidades entre as realidades de mulheres e homens em qualquer contexto dado. Ela está consciente de que a mesma questão afeta mulheres e homens de maneira diferente e desproporcional e contesta a noção de que todo o mundo é afetado por uma questão do mesmo modo independentemente do contexto em que esteja.

**Equilíbrio de gênero** designa a representação e participação iguais de homens e mulheres.

**Dados desagregados por gênero:** a análise qualitativa de informações estatísticas desagregadas por sexo<sup>12</sup>.

**Dados desagregados por sexo e gênero combinados:** a coleta e diferenciação de dados e informações estatísticas por gênero para possibilitar a análise de gênero comparativa. Dados coletados e analisados rotineiramente para entender

---

<sup>12</sup> <[www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/gender/ACT%20Gender%20Policy%20approved%20by%20GB%2006%20Sept%202010.pdf](http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/gender/ACT%20Gender%20Policy%20approved%20by%20GB%2006%20Sept%202010.pdf)>.

---

o impacto das respostas humanitárias sobre a população total<sup>13</sup>.

**Igualdade de gênero** significa oportunidades, direitos e responsabilidades iguais para mulheres e homens, meninas e meninos. Igualdade não significa que as mulheres e os homens sejam indiferenciados, mas que as oportunidades, direitos e responsabilidades de mulheres e homens não dependem de terem nascido como seres do sexo feminino ou masculino. Implica que os interesses, necessidades e prioridades tanto de mulheres quanto de homens sejam levados em consideração.

**Equidade de gênero** é o meio através do qual se alcança a igualdade de gênero. Ela designa o tratamento justo de mulheres, meninas, meninos e homens de acordo com suas respectivas necessidades e perspectivas. Para assegurar a justiça, muitas vezes precisam estar à disposição medidas para compensar desvantagens históricas e sociais que impedem as mulheres e os homens de, caso contrário, operarem em pé de igualdade<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid.

**Identidade de gênero** designa a auto identificação e a concepção que a pessoa tem de si mesma e da auto expressão. Tem a ver com o que significa ser um menino ou uma menina, um homem ou uma mulher. Refere-se também a todos os atributos e características que nossa cultura espera que acompanhem a pertença a um ou outro dos sexos<sup>15</sup>.

**Justiça de gênero** implica a proteção e promoção da dignidade de mulheres e homens, que, sendo criados à imagem de Deus, são mordomos corresponsáveis da criação. A justiça de gênero se expressa através da igualdade e de relações de poder equilibradas entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação.

**Integração da perspectiva de gênero:** Designa o processo de levar em conta a questão do gênero do início ao fim de qualquer ação planejada.

Ela é uma estratégia para tornar as preocupações e experiências de mulheres e de homens uma dimensão

---

<sup>15</sup> Ibid.

integrante da elaboração e da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas e programas em todas as esferas da política, economia e sociedade, de modo que as mulheres possam se beneficiar de maneira igual e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo último é alcançar a igualdade de gênero (com base no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas [ECOSOC], 1997)<sup>16</sup>.

**Sensibilidade em relação ao gênero:** A consciência apropriada das diferentes necessidades, papéis e responsabilidades de mulheres e homens na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas<sup>17</sup>.

**Sexo** designa as diferenças biológicas existentes entre mulheres e homens. As diferenças de sexo têm a ver com os corpos de homens e mulheres e suas funções biológicas<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <[www.un.org/womenwatch/osagi/intergovernmentalmandates.htm](http://www.un.org/womenwatch/osagi/intergovernmentalmandates.htm)>.

<sup>17</sup> Act Alliance, op. cit. (nota 12).

<sup>18</sup> Ibid.

**Dados desagregados por sexo:** as informações estatísticas ou numéricas quantitativas sobre a diferença entre homens, mulheres, meninos e meninas<sup>19</sup>.

**Empoderamento de mulheres** é o processo de transformação de relações de poder entre os gêneros, do desenvolvimento da consciência da subordinação das mulheres e de sua capacitação coletiva para contestá-la. Por razões históricas de exclusão e discrimina-

ção, um foco específico no trabalho e empoderamento das mulheres ainda é necessário para apoiar esforços que visem a realizar os direitos individuais e coletivos das mulheres de participar como agentes de transformação plenamente empoderados na igreja e na sociedade. O processo presta atenção ao nível pessoal ajudando as mulheres a desenvolver autoconfiança. A autoestima é um elemento-chave no empoderamento de mulheres para participar ativamente de processos de tomada de decisões. A inclusão e o empode-

ramento de mulheres são essenciais para formar comunidades, igrejas e sociedades sustentáveis. Melhorar o *status* das mulheres incrementa sua capacidade de tomada de decisões e sua liderança em todos os níveis e em todas as esferas da vida.

---

<sup>19</sup> Ibid.

---

# Outros subsídios online sobre Política de Gênero

## **ACT**

[www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/gender/ACT%20Gender%20Policy%20approved%20by%20GB%2006%20Sept%202010\\_SPANISH.pdf/view](http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/gender/ACT%20Gender%20Policy%20approved%20by%20GB%2006%20Sept%202010_SPANISH.pdf/view)

## **CARE Internacional**

<http://gender.care2share.wikispaces.net/file/view/Spanish%20CI%20Gender%20Policy%20and%20FAQ.pdf/206674214/Spanish%20CI%20Gender%20Policy%20and%20FAQ.pdf>

## **National Council of the Churches of Christ in the USA (NCCC)**

[www.ncccusa.org/GABrochure\\_REV%20\\_spanish.pdf](http://www.ncccusa.org/GABrochure_REV%20_spanish.pdf)

## **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)**

Manual de Transversalidad de Género (para Colombia): [www.pnud.org.co/sitio.shtml?apc=jFa-1--&x=18654#UxSq7P1nKw3](http://www.pnud.org.co/sitio.shtml?apc=jFa-1--&x=18654#UxSq7P1nKw3)

Cómo elaborar una estrategia de género para una oficina de país? <http://www.2paho.org/hq/dmdocuments/2009/Como%20elaborar%20una%20estrategia%20de%20genero%20para%20pais1.pdf>





FEDERACIÓN  
LUTERANA  
MUNDIAL

Una comunión  
de Iglesias